



6º Encontro Internacional de Política Social 13º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl

Marx para pensar a crise do capitalismo

Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

TEMPO, HISTÓRIA E MEMÓRIA NO SERVIÇO SOCIAL

Juliana Viana Ford¹

Resumo: Esse texto expõe um questionamento sobre a abordagem do tempo, da história e da memória pelo Serviço Social na análise da dinâmica das forças sociais que compõem a realidade. O objetivo é retomar conceitos utilizados para fazer a crítica das estruturas sociais percebendo-os como construções culturais, socioeconômicas e político-ideológicas cujos sentidos variam conforme o lugar, a época e a classe que os elabora, de modo que uns se sobrepõem aos outros. Então, com qual entendimento de tempo, de história e de memória trabalha o Serviço Social? François Hartog contribui para problematizar as formas dominantes desses conceitos na contemporaneidade, e através do ensaísta Walter Benjamin propomos um exercício de reflexão sobre o sentido revolucionário de tais categorias.

Palavras-chave: Tempo; História; Memória; Serviço Social.

TIME, HISTORY AND MEMORY IN SOCIAL WORK

Abstract: This text exposes a questioning about an approach of time, history and memory by Social Service in the analysis of the dynamics of social forces that make up reality. The objective is to retake concepts used to make a critique of social structures perceiving them as cultural constructions, socioeconomic and political-ideological whose senses vary according to place, a time and a class that is what is one elaborates, so that it is not override the others. So, with what understanding of time, history and work does Social Service work? François Hartog contributes to problematize as dominant forms of concepts in reality, and through the essayist Walter Benjamin we propose an exercise of reflection on the revolutionary meaning of such categories.

Keywords: Time; History; Memory; Social work.

1. Introdução

*“E o que foi feito é preciso
Conhecer para melhor prosseguir
Falo assim sem tristeza,
Falo por acreditar
Que é cobrando o que fomos
Que nós iremos crescer
Nós iremos crescer,
Outros outubros virão
Outras manhãs, plenas de sol e de luz.”*

Milton Nascimento e Fernando Brant²

¹Mestre em Serviço Social pela UFRJ. Professora Substituta do Departamento de Serviço Social da UFF Campos (RJ). E-mail: <ju_ford@hotmail.com>.

²NASCIMENTO, M.; BRANT, F. **O que foi feito deveras**. In: Clube da Esquina 2, 1978.

A música brasileira é lugar de memória, de revisitar nossa trajetória, de nos reconectar com as sensações, as emoções e os sentidos do passado. A canção “*O que foi feito de vera*”, de autoria de Milton Nascimento e Fernando Brant, me fez pensar sobre as memórias que acessamos e sobre a importância de trazê-las conosco não apenas como lembranças do passado. A memória é mais que isso. Ela nos recoloca o presente a partir do passado e aponta para o futuro, para o devir. Em seus versos, a canção trata da necessidade de se voltar ao passado sem sentir saudades, retomando-o com atenção às possibilidades que se efetivaram como presente, tendo em vista o desafio de construir o futuro a partir das condições existentes. Memória e história se articulam na elaboração do tempo futuro, mas também na compreensão do presente, permitindo afirmar a dramaticidade deste início de século XXI.

Tal dramaticidade é entendida à luz da perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético no bojo das relações sociais capitalistas em sua fase madura. O desenvolvimento das estruturas sociais forjadas para a produção e reprodução do capital teria atingido o seu ponto alto e entrado em colapso. A crise atual ocorre em função de alterações na composição orgânica do capital, com a redução da quantidade de trabalho humano empregado no processo de produção de capital. Pois, é na exploração do trabalho excedente, mais precisamente do tempo de trabalho humano excedente, que o capital enquanto relação social se torna possível. O capital depende do trabalho, ou seja, do não capital para se objetivar, mas é chegada uma fase do desenvolvimento das forças produtivas - impulsionado pela necessidade natural, porém incontrolável, do capital de se expandir - em que o trabalho morto – trabalho objetificado em matéria-prima e insumos para a produção de mercadorias – se sobrepõe ao trabalho vivo. Este é, portanto, um limite inerente à própria dinâmica capitalista, para o qual não há uma solução definitiva. Ou seja, a forma de reprodução social em decadência consegue se manter, mesmo profundamente abalada, devido a ausência de alternativas reais a ela.

A dificuldade enfrentada pelo capitalismo para superar seu entrave estrutural fica evidente diante da lógica destrutiva assumida pelos processos sociais nas últimas décadas, a qual vem sendo apenas administrada a nível dos governos democráticos. A gestão da barbárie, como afirma Menegat (2016) parece se escorar em uma ideia de futuro sem futuro, ou que se limita ao presente. Esse é o modo como o historiador francês François Hartog entende a questão da recente construção histórica e elaboração teórica no Ocidente. Seus estudos se concentram no desenvolvimento do conceito de presentismo: a perda de expectativas quanto ao futuro cria um movimento de simples manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais e ideológicas já conhecidas. O passado é

abandonado, e com isso nos limitamos a conservar o presente. As sociedades ocidentais sob a influência da cultura europeia estariam vivendo sob um regime de historicidade em que as experiências do passado são evitadas, desprezadas devido às terríveis experiências produzidas no último século (os regimes fascistas e o Holocausto, por exemplo), e o futuro parece tão incerto, assombrado pelos fantasmas do passado, que as práticas sociais se concentram em atualizar as experiências do presente, em estender essas experiências ao máximo.

A reflexão de Hartog sobre a forma como a história é registrada (de maneira linear e numa perspectiva evolucionista) e legitimada como a história universal da humanidade, bem como sua interpretação do tempo presente em grande parte do mundo ocidental é um convite para pensar a memória neste processo de perda de horizonte futuro. Ou seja, entendendo a sua potencialidade, a sua capacidade de alçar práticas cujo olhar para o passado reflete o futuro que se quer. O momento, para as forças de resistência à dominação social, é de produzir soluções criativas para as questões do presente. Superar tal desafio exige, na perspectiva histórico dialética, a análise crítica do passado, na qual se observa os usos da memória não como lembrança apenas, mas como possibilidade de resignificação das práticas sociais a partir das experiências que nos antecederam e que conferem sentido à forma contemporânea de existência social que se quer conhecer e ultrapassar. Porém, o caminho da crítica tem seu rigor e demanda ferramentas apropriadas para ser exitosa e não cair em armadilhas. Afinal, submeter as próprias verdades a questionamento é um movimento necessário à superação dos obstáculos à consciência livre.

2. Tempo, História e Memória: Uma aproximação inicial

História e memória são categorias cuja abordagem no meio acadêmico se torna ainda mais necessária em tempos de conhecimento fragmentado e desistoricizado. A valiosa contribuição de François Hartog a respeito do tema, e que fornece novo fôlego para estas discussões, está no questionamento sobre a concepção de história a qual nos referimos em nossas análises. Pois enquanto conceito, uma abstração da realidade, a história possui lugar, tempo, recortes de classe e de gênero. A história não é neutra destas questões, e isso precisa ser observado em sua construção teórica. Rompendo com a perspectiva dominante de história submetida à noção de tempo dos relógios e calendários, um tempo alheio à humanidade e que a representa de forma reduzida e homogênea, o autor afirma que “[...] o tempo da história vem a se decompor em uma multiplicidade de tempos parciais, locais ou específicos, já que não apenas cada processo, mas também cada prática que o historiador decide estudar estão dotados de uma temporalidade própria ou, ainda melhor, não são dela

separáveis” (HARTOG, 2013, p. 168-169). E conclui que as múltiplas temporalidades e efeitos produzidos por essas diferenças conferem a noção de contemporâneo e não-contemporâneo em todos os níveis.

Essa compreensão antropológica da história está na base do pensamento de Hartog, entendendo-a nas relações entre passado, presente e futuro. A ordem do tempo varia conforme a ênfase é colocada no passado, no futuro ou no presente. O modo como diferentes formações sociais realizam a experiência do tempo produz o que o autor denomina regimes de historicidade. A história universal, aquela vivida pela Europa moderna e naturalizada pelos países do ocidente como a medida da história, tem como característica a ênfase no futuro. É futuro-centrada. A ideia de progresso está por trás dessa construção da história, cujo sentido foi atribuído pela filosofia idealista. Porém, este sentido perde força na medida em que o século XX é feito de acontecimentos que vão na contramão do futuro. O progresso vinculado ao avanço da modernidade mostrou-se o combustível para grandes avanços em termos técnicos, científicos, e de conhecimento, mas também para provocar guerras, destruição em massa, regimes fascistas, perseguições e morte de populações. Começam, então, a surgir críticas à ideia do processo de civilização entre os pensadores da história, as quais questionam o progresso como categoria universal.

O declínio da perspectiva futurista toma contornos mais definidos por volta dos anos 1970, quando houve o refluxo dos movimentos de esquerda no mundo, a crise da economia capitalista e a escalada do desemprego estrutural como sua consequência, e a dissolução do Estado de Bem-Estar Social nos países em que essa experiência foi possível. O que se observa após a crise do futurismo é a expansão do presente. O presente passou a ser a noção de tempo que mais interessa à humanidade nas últimas décadas. O passado, nesse contexto, é considerado obsoleto, e o futuro tornou-se motivo de preocupação, sendo temido, visto com desconfiança e sem muitas esperanças. Pois enquanto desconhecido, o futuro é a incerteza do amanhã, é a possibilidade de que as experiências catastróficas do passado, as quais tanto desprezamos, se repitam. As relações se voltam para o tempo presente, para a ampliação dessa dimensão, em detrimento das experiências do passado e da elaboração de um futuro. O presentismo, portanto, faz-se na ausência de expectativas sobre o devir e de referências ao antigo. O presente é o passado e o futuro de que precisa. Valoriza o imediato. Hartog relaciona o presentismo à mercantilização da vida e seus efeitos.

Nessa progressiva invasão do horizonte por um presente cada vez mais inchado, hipertrofiado, é bem claro que o papel motriz foi desempenhado pelo desenvolvimento rápido e pelas exigências cada vez maiores de uma sociedade de consumo, na qual as inovações tecnológicas e a busca de benefícios cada vez mais

rápidos tornam obsoletos as coisas e os homens, cada vez mais depressa. Produtividade, flexibilidade, mobilidade tornam-se as palavras-chave dos novos administradores. Se o tempo é, há muito, uma mercadoria, o consumo atual valoriza o efêmero. [...].

Esse tempo coincide também como o do desemprego em massa que as sociedades europeias começaram a sofrer nessa época. Para o desempregado, um tempo cotidiano, sem projetos possíveis, é um tempo sem futuro. Para esses “homens sem futuro”, como os denominava Pierre Bourdieu, “o tempo parece se aniquilar”, pois “o trabalho assalariado é o suporte, senão o princípio, da maior parte dos interesses, das expectativas, das exigências, das esperanças e dos investimentos do presente, assim como no futuro ou no passado que ele envolve. O desemprego contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado. (HARTOG 2015, p. 147-148).

Hartog cita Pierre Nora ao afirmar que a aceleração do tempo presente cria múltiplas memórias coletivas não relacionadas, que são fragmentadas, bem como a ruptura com o passado, o que quer dizer o próprio desaparecimento da memória. Nesse sentido, a memória tem sido tão mencionada na atualidade exatamente por que já não existe mais enquanto conexão entre passado e futuro. Hartog compara as formas antiga e atual de elaboração da memória.

“Nossa” memória não é mais aquela, ela que agora só é “História, vestígio e triagem”. Preocupada em fazer memória de tudo, ela é apaixonadamente arquivística, contribuindo a essa cotidiana historicização do presente, já observada. Inteiramente psicologizada, a memória tornou-se um assunto privado, que produz uma nova economia de “identidade do eu”. “Pertence a mim [doravante] a atividade de lembrar-me e sou eu que me lembro.” Assim, ser “judeu é lembrar-se de ser, mas essa lembrança irrecusável, uma vez interiorizada, exige pouco a pouco uma dedicação integral. Memória de quê? No limite, memória da memória”. Enfim, essa memória opera a partir de uma relação com o passado na qual sobrepuja a descontinuidade. O passado não está mais “no mesmo plano”. Por consequência, fomos “de uma história que se procurava na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história”. Tal como se define hoje em dia, a memória “não é mais o que se deve reter do passado para preparar o futuro que se quer; ela é o que se faz com que o presente seja presente para si mesmo”. Ela é um instrumento presentista (HARTOG 2015, p. 162-163).

Todavia, como o próprio Hartog destaca, o presentismo e a quebra da relação entre passado e futuro no regime moderno são percebidos no campo da experiência europeia do tempo. As variações geográficas, sociais, econômicas, culturais, políticas, ideológicas, religiosas possibilitam que a experiência do tempo em outras regiões do mundo tenha contornos diferentes daqueles da Europa, com aproximações e distanciamentos. O que significa outras formas de convivência social sendo produzidas e resistindo ao processo civilizatório. Formas mais orgânicas e autênticas de produção e de estabelecimento das relações sociais são atribuídas a povos originários da América Latina, cujas tradições mantêm o sentido da satisfação das suas reais necessidades, distanciando-os da lógica

mercadológica dominante. Também os movimentos sociais fincados nos espaços urbanos e que questionam o seu uso e acesso querem retomá-los e atribuir-lhes um outro sentido, diferente do que é conferido à cidade na modernidade. Essas formas de luta popular dotadas de autenticidade revolucionária que se contrapõem ao modo de ser produzido e reproduzido na esteira do processo histórico de consolidação da forma moderna das relações sociais tem na memória uma ferramenta valiosa para enfrentar e resistir aos avanços das forças conservadoras de dominação social.

Segundo E. P. Thompson em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, a classe trabalhadora politicamente organizada, oriunda do processo de industrialização na Inglaterra e que reivindicava redução das extensas jornadas de trabalho, salários dignos, entre outros expoentes de luta dos trabalhadores no século XIX, foi gestada entre os plebeus arraigados às suas tradições, os quais desenvolveram estratégias próprias de enfrentamento das mudanças provocadas pelo avanço da ordem capitalista sobre o modo de ser existente. As formas de auto-organização política e de luta dos homens e mulheres que nos anos próximos à Revolução Industrial se viram forçados a assumir novos hábitos alheios às suas necessidades reflete uma radicalidade revolucionária inerente à defesa das tradições e dos costumes locais, à defesa de um sentido genuíno para as suas práticas e experiências que o processo de mercantilização da vida rompe. Essa radicalidade perde força na medida em que a classe trabalhadora formada assume como suas as formas de luta modernas instituídas pela nova ordem, concentrando a sua atuação na disputa por direitos e no reconhecimento da cidadania para os trabalhadores.

Embora a expansão capitalista tenha ampliado a distância entre o homem e a sua própria natureza nas diferentes regiões do planeta a que chegou, ao longo de todo este percurso histórico os indivíduos e grupos não foram expostos apenas a aspectos de homogeneização das culturas, das subjetividades, das relações, etc. O passado do sujeito moderno também é presente, não foi completamente esquecido e está posto na resistência dos que preservam práticas e saberes tradicionais aprendidos com as gerações anteriores. A relação do homem com o passado, com a sua história, cria possibilidades de resignificação do momento atual a partir do olhar para as experiências e os sentidos que as relações assumiam antes de atingirem a forma atual. O olhar de Walter Benjamin sobre os tempos modernos nos traz essa reflexão sobre a potência do tempo passado que se expressa no tempo presente, com destaque para a construção do conceito de ruína.

Benjamin desenvolve um conceito dialético de história em que passado e futuro estão íntima e necessariamente relacionados como possibilidade de construção do novo, invocada pela memória. Em tempos de fixação do presente, esvaziamento das experiências

humanas e do redesenho de uma nova barbárie, esse pensamento ajuda a identificar outros caminhos às forças revolucionárias e ao debate da luta anticapitalista. E mais: tem a lucidez e a maturidade para examinar o pensamento crítico e apontar seus limites e dificuldades. Interpreta, por exemplo, como o passado da luta de classes é frequentemente reduzido, até mesmo pelos historiadores vinculados à tradição marxista, como o eterno triunfo da classe dominante sobre a classe dominada. Mas olhando para essa história evolucionista ao lado dos “vencidos”, os novos combates travados pelos oprimidos colocam em questão a dominação do presente e as vitórias do passado.

As lutas atuais colocam em questão as vitórias históricas dos opressores, porque minam a legitimidade do poder das classes dominantes, antigas e atuais. Benjamin se opõe, nesse caso, implicitamente, a uma certa concepção evolucionista do marxismo - já presente em algumas passagens de Marx (entre outras, no Manifesto Comunista e nos artigos sobre a Índia dos anos 1850) - que justifica as vitórias da burguesia no passado pelas leis da história, a necessidade de desenvolver as forças produtivas ou a imaturidade das condições para a emancipação social.

A relação entre hoje e ontem não é unilateral: em um processo eminentemente dialético, o presente ilumina o passado, e o passado iluminado torna-se uma força no presente (LÖWY, 2005, não paginado).

A experiência do presente limitado em si mesmo, que não retorna ao passado nem almeja o futuro, e que é fruto do desenvolvimento do progresso e da ideia de modernidade é objeto da análise crítica do pensador alemão Walter Benjamin, tendo se dedicado entre 1920 e 1940, ano da sua morte, à elaboração de um conceito de história que se coloca na contracorrente do avanço do progresso e da ideia de que a humanidade se move em um tempo linear e homogêneo. Benjamin questiona a ruptura entre passado e presente ao desenvolver uma concepção de tempo que, “[...] partindo do presente, traz o passado à atualidade do presente, o guarda, tomando por sua base a noção de *Jetztzeit* e lidando com o que ele denomina ‘memoração’ (*Eingedenken*)” (HARTOG, 1996). Em *Sobre o conceito de história*, afirma que como um relâmpago, cujo clarão não dura mais do que um instante, o passado se torna aparente porém, como imagem irre recuperável. Apreendê-lo significa apoderar-se de uma recordação que surge súbita e instantaneamente num momento de perigo. A ameaça consiste na possibilidade de nos transformarmos, e as nossas tradições, em instrumentos das classes dominantes. “Ao materialismo histórico interessa-lhe fixar uma imagem do passado tal como ela surge, inesperadamente, ao sujeito histórico no momento do perigo” (BENJAMIN, 2012, s/p).

Para o autor, lidar com o passado implica projetar-se ao futuro. O passado aponta para o futuro, que no momento é passado: olhando para um se enxerga o outro. O futuro é realização das possibilidades apresentadas no passado, é a concretização do devir que existe como tempo passado. E quando afirma que o acesso ao passado só é possível por meio da recordação, Benjamin deixa claro o estreito laço entre tempo, história e memória. “O conceito de "dialética" é, aqui, extraído por Benjamin da linguagem hegeliana-marxista: ele tenta dar conta da natureza de uma imagem 'salvadora' que se propõe à superação - *Aufhebung* - das contradições entre o passado e o presente, a teoria e a prática” (LÖWY, 2005). Através do conceito de ruína o filósofo alemão não apenas expõe a sua compreensão dos processos envolvendo tempo, história e memória, como apresenta o caráter radical e utópico do seu ponto de vista sobre essas relações no século XX. Walter Benjamin é um crítico das transformações produzidas sob o avanço do capitalismo, o qual impulsiona e é impulsionado pelo desenvolvimento acentuado das forças produtivas. O aprimoramento das técnicas e dos instrumentos de produção assume nesta etapa da história da humanidade um ritmo acelerado, ditado pela necessidade cada vez maior de expansão dessa forma econômica, política, social, cultural e ideológica. Mas esse processo não ocorre sem a necessária transformação do homem, fonte do trabalho que dá substância ao capital, em sujeito subordinado à realização de interesses alheios aos seus reais interesses.

Pois o trabalho é a atividade na qual o homem movimenta a sua energia, a sua força de transformação, para modificar a natureza criando produtos com os quais satisfaz as próprias necessidades, transformando a si mesmo. “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 2011, p. 211). Atingida a fase das relações sociais capitalistas, aquela em que segundo Marx é abandonada a pré-história da humanidade, o domínio do homem sobre a natureza se submete ao domínio da forma social do capital. Uma forma de dominação impessoal, cuja raiz está nos processos sociais realizados sob o fenômeno da alienação promovida pelo fetiche da mercadoria. Este consiste no ocultamento do caráter social do trabalho e dos produtos que realiza sob a forma de mercadoria, de modo que esses produtos parecem figuras autônomas, com vida própria, independentes dos seus produtores. Não obstante, o homem sofre um processo inverso: na aparência, não se reconhece enquanto sujeito produtor de valores; a sua capacidade de transformação da natureza lhe foi ocultada, o que o assemelha às coisas, aos objetos inanimados (Ibid., p. 94).

O indivíduo inserido nas relações sociais capitalistas é submetido a certa forma histórica de existência social que desconsidera sua identidade, neutraliza seus afetos, reprime desejos, padroniza os comportamentos, os gostos, os corpos, homogeniza, massifica e objetifica, tornando-o útil e funcional à reprodução dessas relações. Tais transformações avançam também sobre o espaço físico, convertendo “[...] os espaços-tempos em formas lisas, equivalentes a si mesmas” (ABREU, 2016, p. 48). Nesse cenário de pleno desenvolvimento do progresso, da modernidade e da civilização, Walter Benjamin pensa as suas ruínas. Ou seja, os vestígios de produtos e relações anteriores às que se colocam na atualidade, portanto, pouco acabadas do ponto de vista da modernidade, e que ressignificados podem trazer novos sentidos às experiências. Para o autor, “Uma miséria totalmente nova se abateu sobre o homem com esse desenvolvimento monstruoso da técnica” (BENJAMIN, 1986, p. 95). Tal miséria se expressa como a produção de um patrimônio cultural que não se vincula aos seus produtores. A pobreza das experiências não é particular, mas uma pobreza da humanidade e que configura uma espécie de nova barbárie tomada como um conceito positivo, em que o vazio das experiências na modernidade serve de mola propulsora para os homens. Trata-se de entender a ausência como condição e/ou motivação para a criação de algo que nasce como novo, para o estímulo à criatividade e à invenção, de modo a produzir formas autênticas de estar no mundo. Conforme afirma Abreu (2016, p. 48), “A crítica de Benjamin ao capitalismo moderno é crucial para os estudos de memória social, uma vez que reabilita outras formas temporais”.

3. Um debate necessário ao Serviço Social?

O Serviço Social é uma profissão de natureza interventiva: trabalha diretamente com indivíduos, famílias, grupos, e movimentos sociais com foco nas expressões da questão social. A realização do processo de trabalho dos assistentes sociais por meio de entrevistas, estudos sociais, visitas domiciliares, processo grupal e de outros instrumentos que exigem a aproximação do profissional com o sujeito destinatário dos serviços sociais possibilita conhecer esse sujeito a partir de sua própria narrativa, e não apenas através de documentos institucionais onde são retratados de forma reduzida, objetiva, desumanizada. O cotidiano de trabalho dos assistentes sociais se constrói na relação com o outro como exercício de percebê-lo no mundo, de entendê-lo num contexto multideterminado considerando as experiências contadas. Esse exercício requer, de um lado, a disposição e confiança para falar, recuperando memórias e organizando-as como relato de si mesmo, e de outro, a realização de uma escuta atenta e sensível, capaz de compreender os sentidos atribuídos pelos indivíduos a

própria trajetória de vida e enxergá-la na sua conexão com o todo. Ou seja, no seu dia a dia o assistente social é desafiado a se aprofundar na história dos sujeitos que atende, relacionando-as aos processos históricos do nível particular ao mais geral, na tentativa de desvendar em que pontos elas se conectam.

Tal esforço demanda que campos da memória e da história oral sejam constantemente acessados, a fim de capturar e analisar a realidade na qual pretende intervir. No campo da pesquisa em Serviço Social, a exposição de relatos de profissionais, usuários dos serviços sociais e outros sujeitos de interesse da investigação serve para a reflexão sobre como a trajetória de vida de um indivíduo ou grupo é determinada pelos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, religiosos, geográficos, entre outros. Observa-se as relações entre a parte e o todo, o universal e o particular, destacando que somos feitos de experiências, de relações com o outro; bem como colocando em evidência a riqueza da narrativa dessas experiências contadas a partir do ponto de vista dos indivíduos e dos grupos que as vivenciam, mas que frequentemente são desqualificados. Moljo (2000, p. 18) nos faz pensar na potência da metodologia qualitativa para o Serviço Social:

Consideramos que el trabajo con este tipo de metodología, podría enriquecer las investigaciones en nuestro campo disciplinario, ya que nos abre un nuevo mirar, y una nueva perspectiva desde la intervención profesional. Teniendo en cuenta que contamos con la posibilidad cotidiana y concreta que pocas profesiones tienen, de trabajar con los sujetos históricos en su propio vivir.

Es decir, tenemos un camino recorrido, que es la proximidad a los sujetos, no debemos salir a buscar las “fuentes de información”, ni sentirnos extraños en el trabajo de campo. Conocemos a las personas, y están ahí frente a nosotros, con cosas para decir. Este es un primer paso, pero no es suficiente, es sólo una posibilidad, que precisa ser profundizada, es un camino metodológico a recorrer, con una particularidad específica como requiere el trabajo con historia oral, pero insisto, esto es sólo una posibilidad que no puede ni debe dejarse de lado (MOLJO, 2000, p. 18).

Pensando sob o olhar de Benjamin, a aproximação do Serviço Social com os sujeitos destinatários da sua prática profissional permite refletir sobre a existência de vínculos do indivíduo e/ou grupo com o seu passado, perceber que memórias são produzidas e acessadas por estes, e assim, tentar identificar a relação que mantém com o presente e com o futuro a fim de entender o sentido político das suas práticas. Dessa forma, os sujeitos políticos são compreendidos como sujeitos históricos, que se formam e são formados no e pelo movimento de suas trajetórias, a cada experiência no mundo pré-determinado.

Ao explorar as possibilidades de análise colocadas pela perspectiva de conhecimento histórico que considera os indivíduos e grupos em suas relações sob determinados limites geográficos,

políticos, culturais, econômicos, etc., o Serviço Social avança na direção de entender o presente dos processos sociais como resultado das práticas dos sujeitos do passado. Um passado que vive no presente, como a reprodução dos saberes e dos ensinamentos aprendidos. E que, portanto, se projeta no futuro. Ou seja, o Serviço Social se aproxima de compreender a história na perspectiva das temporalidades, do modo como os homens se relacionam com o tempo, como o constroem e o que esperam dele. Uma perspectiva que oferece à profissão outro ponto de vista, diferente da história concebida como universal, o que se torna cada vez mais necessário em virtude da complexidade e do grau de esgotamento das estruturas sócio-históricas.

Por exemplo, pensar o imediatismo das relações no presente tempo histórico e o recuo das ideias e das práticas anticapitalistas entre os sujeitos da classe trabalhadora e suas instâncias de representação a partir da noção do presentismo, da perda de expectativa sobre o futuro e manutenção do *status quo*, pode ajudar a enxergar outro significado para esses fenômenos, menos vinculados à questão da ideologia de classe, porém sem negá-la, e mais próximo do entendimento da cultura produzida sob determinadas condições. A abertura às formas alternativas de refletir sobre os processos em curso precisa existir como meio de tentar superar as dificuldades e limitações de compreensão da realidade, admitindo-se que os saberes se complementam na busca do homem por respostas às questões de sua época. Por isso, a necessidade de retornar aos conceitos que servem de base para o pensamento do Serviço Social, e que atualmente tem sido ressignificados dentro dos próprios limites teóricos, haja vista os desafios colocados por destes tempos a construção do novo.

4. Considerações Finais

A relação do Serviço Social com a história, utilizando-a para entender a realidade na sua complexidade, para ir além da aparência dos fenômenos e percebê-los na sua essência, é indispensável à formação e ao desenvolvimento de profissionais críticos e questionadores. O posicionamento ético-político assumido pelo Serviço Social, de romper com as estruturas de reprodução da ordem social capitalista, vai de encontro à forma como a história é predominantemente entendida nos países submetidos ao processo civilizador. Uma forma de conhecimento histórico que se apresenta como universal, linear e progressivo se sobrepõe a outras formas de entender e narrar a história, de modo a atribuir um único sentido às práticas sociais: o desenvolvimento humano equiparado ao desenvolvimento do capital. Na medida em que é esclarecida a funcionalidade da perspectiva dominante de História para as forças de conservação da sociedade, se torna legítimo o questionamento

sobre qual é a abordagem histórica que o Serviço Social pretende dar às suas pesquisas e ao conhecimento específico que produz. Mais do que comprometer-se com o desenvolvimento de uma análise histórica da realidade social e da própria profissão, o Serviço Social deve se atentar sobre como fazê-la. Deve se perguntar se as discussões que elabora se servem de uma perspectiva da história que não reforça a subordinação de uma cultura a outra, ou privilegia o desenvolvimento econômico para construir o seu ponto de vista. Se esse referencial considera a diversidade e heterogeneidade da história, entendendo-a como processo vivo e em construção.

A discussão sobre tempo, história e memória pelo Serviço Social tende a resultar relevante contribuição à forma como a profissão enxerga a realidade, pois trata-se de um esforço no sentido de qualificar seus fundamentos teóricos, negando o conhecimento acrítico e se munindo de interpretações que possibilitem alcançar um outro patamar na discussão sobre a historicidade das relações sociais. Enxergar a memória como um campo de possibilidades para a prática revolucionária, o qual o Serviço Social pode entender melhor, significa criar novas frentes para a pesquisa em Serviço Social em que a memória não aparece como ferramenta metodológica acessada através do uso da história oral no processo de investigação da realidade, mas como objeto de estudo dentro do cenário de aproximação com formas autênticas de resistência à dominação social e de compreensão da relação do homem com passado, presente e futuro.

Referências

ABREU, R. **Memória social: itinerários poético-conceituais**. **Revista Morpheus**, Rio de Janeiro : Híbrida, (edição especial) v. 9, n. 15, 2016.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: WALTER Benjamin o anjo da história. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. Experiência e pobreza. In: DOCUMENTOS de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos. São Paulo: Cultrix: Universidade de São Paulo, 1986. p. 195–198.

HARTOG, F. Experiências do tempo: da história universal à história global? **História, histórias**, Brasília, v.1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/hh/issue/view/837>>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. **Time, History and Writing of History: the order of time**. Conferência pronunciada em Stocolmo em 1996 (KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996). Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_%281%29.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2017.

_____. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte : Autêntica, 2015.

_____. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2017.

LÖWY, M. **Walter Benjamin**: Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. livro I, vol. 1 - 29 ed. Rio de Janeiro/RJ : Civilização Brasileira, 2011.

MENEGAT, M. **O fim da gestão da barbárie**. Disponível em: <<https://arlindenor.com/2016/01/06/o-fim-da-gestao-da-barbarie-marildo-menegat/>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

MOLJO, C. La hitoria oral como posibilidad de reconstrucción hitórica, sus relación com el trabajo social. **Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social**, Lisboa, v. 16, n.1, p. 1 29, 1999. Disponível em: <http://www.cpihts.com/2003_07.31/hist_oral.htm>. Acesso em: 5 set. 2017.